



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2024

Ata n.º 37

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de oito de novembro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos às Freguesias**; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da **Relação dos Compromissos Plurianuais** assumidos; -----

PONTO TRÊS: Designação, conforme estabelecido na alínea d), do Aviso n.º 8258/2016, de um **representante e suplente da Assembleia Municipal**, para integrar a **Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Albufeira**; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2024-2028**; ---

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2024-2028**; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugada com o n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos** apresentada no Relatório do Grupo de Trabalho - Acordo Modificativo do Contrato - **Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Município de Albufeira**; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos** da "Empreitada de **Reparação em Diversas Frações Habitação para Renda Apoiada e renda Convencionada**", pelo valor de 175.000,00€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** de verbas afetas ao **fornecimento de energia elétrica**, pelo valor de 850.000,00€; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Aquisição de Serviços de Seguros pelo período de 3 anos (2025-2028)**, pelo valor de 2.500.000,00€; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Protocolo de Cooperação entre o Município de Albufeira e a Associação Vita Nativa**, no âmbito da dinamização de projetos de monitorização e ações de sensibilização ambiental, pelo valor de 18.900,00€; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura “Acessibilidade Digital – Município de Albufeira”** no âmbito do Aviso n.º 84/C19-i01/2024 - Definição de um Modelo Comum para o Desenho e Desenvolvimento de Serviços Públicos Digitais, pelo valor de 6 765,00€; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura conjunta com a AMAL, Comunidade Intermunicipal do Algarve** ao Aviso n.º 01/C19-i08/2024 - Aquisição e desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), pelo valor de 150 000 € + IVA; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura Participação como Investidor Social no Projeto “PEA Toolbox”**, no âmbito do Aviso ALGARVE - 2024 - 17 - Parcerias para Inovação Social, para implementação e desenvolvimento de projetos de inovação social, pelo valor de 60.519,45 €; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Execução da Empreitada da Arriba e Requalificação de Muros entre a Praia dos Pescadores e Hotel Sol e Mar**, com o preço base de 1.365.753,93€ + IVA; -----



PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Campos Desportivos Municipais**, com o preço base de 700.000,00€ + IVA. -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, David Antony Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Otelo Guerreiro Cabrita, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, Paderne - João Ruaça e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia - José Cabanita. -----

Faltas: Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Dinis nascimento.

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Otelo Guerreiro Cabrita e José Dionisio Cabanita. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Manuel Marciano: "Boa noite a todos, o tema que me traz hoje aqui é muito simples, provavelmente, o senhor Presidente da Câmara não tem conhecimento, mas é um problema recorrente, mas mesmo recorrente e, a ser verdade, acaba por ser grave, ou seja, existem concursos públicos nesta Câmara para vigilância privada que têm duas vertentes, a estática e para eventos. Ora, acontece que em todos os eventos a empresa que ganhou os concursos por doze euros à hora é solicitado um X número de



vigilantes, mas depois nesses eventos são sempre subcontratados uma empresa, que chegou-me a documentação, provas que normalmente, os valores podem ser cobrados entre os quarenta e os cinquenta euros à Câmara, portanto, não se justificava, havendo um concurso público, uma empresa que cobra doze euros, porque é que depois sem razão aparente, sem justificação, se cobram vigilantes nesses mesmos eventos e, onde a despesa pode chegar quatro vezes mais, sei que o Senhor Presidente pode não ter conhecimento, mas tem a obrigação e, o dever de averiguar, de apurar a verdade, e eu, como cidadão, tenho o dever e obrigação de colocar as questões." -----

Vítor Marques: "Boa noite, antes de mais gostava de dizer que estou aqui como cidadão português, habitante em Albufeira há trinta anos, não pertença a partido político nenhum, nem quero pertencer, portanto, tudo aquilo que eu disser é apenas meu e, o que eu vejo que é a minha segunda terra. Já em junho tive a possibilidade de, numa reunião de Câmara apresentar estas questões, acho que estava tudo mudo, tudo surdo lá na mesa, porque ninguém ouviu nada. Eu moro na Rua dos Pardais, e a Rua dos Pardais tem sete candeeiros, desses sete candeeiros, só dois é que estão acessos. Faço um convite aos senhores da Mesa, se quiserem quando saírem daqui passem por lá. As pessoas quase que chocam umas que as outras, porque não se vê nada, e se a senhora do cabeleireiro tiver a luz apagada, então é que não se vê mesmo nada. Portanto, faço esse convite, se quiserem lá ir e, como disse na altura, os candeeiros têm cerca de trinta metros de altura, que estão sobre as copas das árvores. Eu tive o cuidado de falar já com a EDP, e a EDP disse que a Câmara tem de cortar as copas das árvores. E eu disse, mas a Câmara não pode cortar as copas das árvores e vocês têm carros elevatórios que vão lá cima e, podem pôr lâmpadas, pois, mas é que não dá. Mas a Câmara tem uma solução, é que mesmo que mudem a lâmpadas, com o crescimento das árvores continua a não se ver nada na rua. Eu penso que aqueles candeeiros que uma vez foram postos aqui nas ruas descobertas, que era de vinte em vinte metros um candeeiro, e depois retiraram e depois abriram o espaço, não sei se a Câmara ainda tem esses candeeiros, mas esses camiões eram lá bem colocados, são mais baixos, iluminam a rua, não é os que lá estão em cima, portanto, eu deixo este alerta para tratarem por favor, porque aquilo está muito escuro, há países do terceiro mundo que nem conseguem ter uma luz tão pior que aquela. E só verem, sete candeeiros, só dois é que acendem. Segunda questão, trata-se dos senhores, eu digo os nomes corretos, os senhores indianos, ao domingo dão ali missa e, agora parece que já ao sábado também,



de vez em quando dão. Eu telefonei para a Câmara porque o barulho é ensurdecador, eles já dão a missa com microfone, e altifalantes espalhados numa área que não sei se a Câmara tem conhecimento disso, é só consultar o Google Maps de há seis anos, ver como era aquilo e consultar o Google Maps de agora, eles construíram tudo, fecharam tudo, está tudo fechado e davam a missa numa casinha, que era para vinte ou trinta e agora dão missa para duzentas ou trezentas, e as pessoas que moram ali, como é o meu caso, estou deitado na minha caminha e estou a levar com o "blábláblá".Têm que me respeitar, como imigrante respeitei sempre nos outros países e, aqui têm que me respeitar a mim e respeitar os meus. Falei com a GNR, e a GNR disse-me: nós temos aqui muitas queixas, mas não podemos fazer nada que isso é com a Câmara. Que era para eles lá irem, para ver se eles baixavam, eu não quero acabar com aquilo, cada um tem direito a ter a sua religião, não quero acabar, quero que eles digam a missa, a conversa sem megafones e sem altifalantes. A terceira questão, que também coloquei nessa altura, a Câmara é proprietária do terreno onde eles estão, e tem ali um parque que era um minigolfe infantil, que pertencia a uma firma que era dirigida pelo senhor António Pereira. A Câmara comprou aquilo e, já foram uma vez limpar, talvez há uns quatro anos, aquilo é uma lixeira, porque os tais indianos, quando vêm, eu vi, não estou a inventar nem contra ninguém, mas eu vi despejam para ali garrafas de água, pacotes de hambúrgueres, deitam tudo para ali, aquilo é uma lixeira autêntica. Só falta qualquer dia haver cobras ali, de resto, aquilo é uma lixeira autêntica. Eu propus à Câmara, se a Câmara tiver dinheiro, porque não sei se tem, ou não tem, que limpassem aquilo tudo, fizessem uma mini pista interior à volta daquilo, para os velhos, como eu, andarem, que não há aqui sítios para andar, que como sabem melhor que eu, Albufeira é um sobe e desce, para as pessoas andarem ali e, no meio metiam uns equipamentos, conforme está naquele bocado por cima do Ribeiro para se poder fazer exercícios, que é uma coisa boa. Era só isto que eu queria dizer e alertar, espero não vir daqui a três meses outra vez, porque senão de três em três meses vocês estão a levar comigo, peço desculpa." -- Lucas Sousa: "Boa noite, venho representação da JSD, quando nós intervimos em algumas Assembleias Municipais passadas, terminamos dizendo que o caminho se fazia caminhando e o que é facto é que, olhando para o último mês ou pelo menos para os últimos dois meses e permitam-me aqui que me socorra de uma cábula, tivemos o "Algarve Tech Summit" com um recorde de participantes, tivemos o "Blue Biotech Hackathon", tivemos o "Nomad World Fest", tivemos o "G100 Leadership Summit", a



Feira Ambiental Sustentável da Albufeira, a Gala da Juventude, a Gala do Desporto e ainda tivemos um prémio de excelência autárquica no segundo Congresso Cidade Social com o projeto Ser. Parece-me a mim que se formos fazer um apanhado do que aqui está, temos juventude, temos desporto, mas temos também em futuro, temos tecnologia, temos inovação, temos ciência, e temos tudo isto nos últimos dois meses, meses em que normalmente são particularmente difíceis devido ao facto de ser época baixa, e em que os eventos que acontecem no Município acontecem, de facto, para aqueles que são residentes ou pelo menos podem participar de uma forma mais ativa. Por isto tudo, é preciso salutar, é preciso agradecer o trabalho da autarquia neste sentido, mas o facto de serem organizados tantos eventos, e ainda bem que o são, pode eventualmente levantar uma questão, que é, como é que são as contas, ou como é que vão as contas da autarquia e provavelmente se fizesse a pergunta para o geral da Assembleia, teria duas respostas um pouco diferentes, o Presidente da Câmara dir-me-ia que está tudo bem e, a posição dir-me-ia que se calhar pode não estar tudo bem. Por via das dúvidas, a semana passada publicou-se o Anuário dos Municípios Portugueses organizado pela Ordem dos Contabilistas Certificados e o Tribunal de Contas refere apenas o período em dois mil e vinte e três, e de facto, ao passar o documento, há alguns números interessantes e que gostaria de trazer para aqui. Em primeiro lugar dizer de antemão e com premissa que Albufeira se considera para efeitos do Anuário dos Municípios Portugueses, um concelho de média dimensão. Neste sentido, Albufeira é o concelho com maior ou melhor independência financeira do país, estando inclusivamente à frente de todos os outros trezentos e sete municípios, inclusivamente Lisboa, por exemplo. Nesta rubrica, nós classificamos em oitenta e quatro virgula quatro por cento, quando a média nacional anda pelos trinta e cinco virgula sete por cento. Quando há umas Assembleias Municipais passadas se aprovou também que se cobraria no Município de Albufeira, a taxa mais baixa de IMI, é preciso ver que, em dois mil e vinte e três ficaram por cobrar em função da taxa ser a mais baixa possível, nove ponto sete milhões de euros. Isto não quer dizer que a Câmara não cobrou nove ponto sete milhões de euros, quer no final do dia dizer que, os munícipes não tiveram de pagar nove ponto sete milhões de euros, ou seja, conseguiram manter o dinheiro para si. Depois existem ainda outros indicadores, de menos relevância, um deles é, por exemplo, sermos o quadragésimo sétimo município com o melhor índice de dívida total. Estamos ali quase em quinquagésimo lugar, mas todos os



que estão à nossa frente ou são pequenos municípios ou há um médio município que é Loulé e um grande município que é a Amadora. No cômputo geral, e quando nós vamos ver aquilo que é se quisermos o índice de mobilidade de eficiência financeira, aí não parece haver dúvidas, somos o quarto melhor município do país, nesta rubrica. Mas pensamos, como é que tem sido a evolução afinal do concelho? Será que tem sido mais positiva? Será que tem sido menos positiva? E o que é certo é que, olhando para três e quatro anos, éramos décimo quinto e décimo nesta rubrica, e neste momento somos quartos, parece-me a mim novamente, querendo aqui fazer uma síntese daquilo que vejo, que há aqui duas palavras que parecem poder aplicar-se neste contexto, uma delas tem que ver com responsabilidade e a outra tem que ver com prudência, diria pela forma como as contas públicas são geridas na autarquia. Se na última Assembleia terminamos com o caminho faz-se caminhando, é caso para dizer que é continuar.” -----
Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, para responder ao senhor Manuel Merciano, conforme diz e bem, portanto, não tenho conhecimento disso, vou mandar averiguar o que é que se passa com a questão dos concursos dos vigilantes, acho com alguma estranheza essa situação reportada, mas com certeza que vamos mandar ver isso. Depois, a devido tempo saberá o que se passa. Relativamente ao senhor Vítor Marques, não sei se na altura que estive na reunião de Câmara as pessoas estavam todas surdas ou não, não sou médico otorrinolaringologista, o que é certo é que, com certeza foram tomadas notas, foram transmitidas a quem de direito, aos técnicos da Câmara e por alguma razão ainda não aconteceram. Relativamente à questão da parte das luminárias que estão fundidas, que não estão acesas, quero recordar que qualquer luminária, qualquer lâmpada que se estrague, seja aqui ou em outra zona, é sempre a E-Redes que tem de fazer essa mudança. A Câmara Municipal não tem competência para mudar uma lâmpada sequer, não estou a dizer colocar postos de iluminação pública, colocar luminárias em postos que já estão colocados, ou fazer extensões de rede, não está autorizada a fazer e a única entidade que tem de fazer é a E-Redes. Naturalmente, os serviços da Câmara, quando há estas situações contacta com a E-Redes, e todos os cidadãos podem contactar através daquele número verdes, que vem nas faturas da eletricidade. Podem e devem contactar. As pessoas, quando vêm aqui reclamar com certeza que nós reportamos à E-Redes, porque não somos nós que fazemos, é preciso que se perceba e muitas pessoas não percebem que a Câmara Municipal, seja esta ou outra qualquer, não tem competência, não está autorizada a mexer numa parte da



iluminação pública, nada, zero. É sempre a entidade E-Redes, eles têm de atraso seis, sete oito meses e depois logo se vê quando é que vêm arranjar, portanto, qualquer das maneiras está aqui o Diretor de Departamento desta área, já deve ter registado isso e penso que amanhã mesmo irá uma nova comunicação para a E-Redes sobre esta situação. Sobre a questão das copas das árvores, está aqui também o chefe de divisão da área dos espaços verdes, que tem esta responsabilidade, amanhã vai mandar os serviços ver essa situação, porque obviamente que tem toda a razão, se as copas das árvores tapam a eletricidade, alguma coisa está mal, ou são as árvores ou são as luminárias, portanto, tem que resolvido. Relativamente à questão do ato religioso, da manifestação religiosa das pessoas que estão nessa zona da Belavista, quero dizer que o espaço onde eles estão não é da Câmara Municipal, há uma parte daquele espaço que é da Câmara Municipal, o espaço onde eles estão não é da Câmara Municipal. Eles têm de ter ocupação da via pública, se ocuparem a rua, têm que cumprir a licença especial de ruído, vou mandar verificar isso, que eles não devem, como qualquer outro cidadão, molestar o vizinho. Relativamente ao senhor Lucas Sousa, por mais que se diga, Albufeira tem aqui um conjunto de uma diversidade enorme de eventos, no âmbito tecnológico, no âmbito da inovação, da ciência, no âmbito da ação social, no âmbito do desporto, da juventude, tem uma série de atividades que vão sendo feitas ao longo dos anos. Queria deixar aqui uma nota, sobre as contas da autarquia, a autarquia veio do décimo quinto para o décimo quarto muito por via daqueles anos que antecederam o Covid, que fez com que as finanças das autarquias mais relacionadas com o turismo, dependentes do turismo, levaram um corte e uma quebra enorme nas suas contas, não só por aquilo que deixaram de receber, mas também por aquilo que tiveram de despender. Recordo e repito sempre isso, até foram dados fornecidos pelo Tribunal de Contas, na altura que foram feitas as contas a estas despesas com o Covid, Albufeira nos dois anos dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, despendeu vinte e cinco milhões de euros, e houve quebra de economia, naturalmente, daí que agora melhorou, na altura estava no estado em que estava precisamente por essa razão. Albufeira é dos municípios que paga menos impostos, portanto, não vale a pena estarmos a ir por essa questão, o IMI é na taxa mais baixa, o IRS devolve cinco por cento aos cidadãos, é o máximo que se pode devolver, a derrama está no valor zero por cento, os direitos de passagem zero por cento, o IMT não tem nada a ver com estas contas de opções de valores." -----



Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Dias: "Muito boa noite, queria apenas roubar um minuto do vosso tempo para parabenizar a Câmara e, os serviços que ajudaram que toda a situação devido às cheias fosse reposta no mínimo tempo possível. Por essa razão a Câmara está de parabéns. Muito obrigada." -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, a bancada do Albufeira Prometida, ao contrário da intervenção anterior, não pode deixar de referir nesta Assembleia que a manifesta falta de limpeza das tampas e sarjetas nas ruas é evidente. Na semana passada foram precisos apenas trinta minutos de chuva intensa para o lixo vir ao de cima, para as ruas ficarem completamente inundadas, que causaram elevados estragos nas ruas e nos estabelecimentos comerciais. Será que não aprendemos efetivamente a lição da tragédia que se abateu sobre o concelho de Albufeira no ano dois mil e quinze? Senhor Presidente, passaram-se nove anos e cada vez que temos um alerta de temporal e chuvas intensas andamos a rezar e com o credo na boca para que nada aconteça. Por isso, pergunto, Senhor Presidente, o que é que foi feito, o que é que está a ser feito para acautelar e para prevenir que estas situações aconteçam, no sentido de minimizar o impacto negativo no património público e pessoal dos munícipes?" -----

Luna Silva: "Na semana passada, habitantes e comerciantes do nosso concelho viveram um verdadeiro pesadelo quando viram as suas casas, garagens, lojas e caves inundadas de água resultante de uma chuva intensa e repentina que caiu sobre Albufeira. Foram precisos vinte minutos, para provocar uma inundação na zona da baixa que causaram inúmeros danos e estragos que até hoje ainda estão a ser contabilizados. Os prejuízos causados são elevados e exorbitantes, mas acima de tudo preocupantes, porque são demonstrativos que a cidade não se encontra preparada para este tipo de ocorrências. Tal verifica-se pela falta de prevenção, falta de limpeza nos esgotos, falta de limpeza nos escoamentos, e o não planeamento para o regresso do funcionamento da cidade. Se vinte minutos bastaram para causar tamanhos estragos, o que teria acontecido se tivessem sido duas horas? Estaria o concelho de Albufeira preparado para suportar mais tempo de chuva? Pergunto-lhe Senhor Presidente, afinal, que uso teve a construção de infraestruturas para minimizar as inundações na baixa de Albufeira,



realizada ao abrigo do plano de drenagem de Albufeira e cujo investimento custou mais de dois milhões de euro Os munícipes afetados precisam e têm o direito de saber na prática, quais serão as medidas que irão ser colocadas e se podem contar com o apoio da Câmara. Estes que viram uma vida de trabalho a desaparecer num ápice de tempo, com a revolta e a frustração de nada poderem fazer a não ser esperar que a chuva terminasse. Por fim, não poderia terminar a minha intervenção sem deixar uma palavra, mais uma vez, de apreço e de gratidão aos bombeiros de Albufeira, quero deixar os meus sinceros parabéns pela força e determinação dos nossos bombeiros que, em conjunto com os Bombeiros de Loulé e Olhão, integraram uma força operacional conjunta de âmbito nacional de Apoio a Espanha, na zona de Valência. Mais uma vez, os nossos bombeiros, homens e mulheres, demonstraram ser corajosos e bravos e, acima de tudo, humanos, a todos eles o meu obrigada." -----

Domingos Coelho: "É incontornável que o Partido Socialista também diga algo sobre o que aconteceu na passada semana em relação às inundações. Foram nove anos e treze dias após a grande cheia de dois mil e quinze, mas esta cheia não foi nada comparável com dois mil e quinze, porque esta foi uma cheia como se designa, uma cheia urbana, portanto, derivado principalmente a queda de chuva a poente da cidade. Dois mil e quinze foi uma cheia de bacia da Ribeira de Albufeira, de toda a orografia exposta a sul desde as Fontainhas até à Malhada Velha. Portanto, esta, digamos que quase minicheia em relação a dois mil e quinze não tinha razão, eu diria de acontecer. E já agora relembrar que, em setembro de dois mil e oito houve uma cheia igual a esta, das mesmas dimensões, ou seja, elas estão se a repetir mais ou menos de sete em sete anos, e se a pluviosidade não se controla, pode-se controlar os efeitos das cheias, com obras no sentido de minimizar essas consequências. Eu lembro-me que após dois mil e quinze foi apresentado um plano que me pareceu um plano coerente e estruturante, que assentava em quatro grandes obras, um novo túnel, um pouco à semelhança daquilo que existe, mais a poente, depois a recolha de água, a captação de água a meia encosta em nascente e a poente, depois o escoamento das águas que vão ficar sempre na Rua Cândido Reis, através de bombas que estão na Praça dos Pescadores. Passados estes nove anos, o que é que está feito? O túnel, disse o Senhor Presidente, que não está feito que estava na altura parece que a volta trinta milhões, mas agora já passaram para cinquenta milhões. A recolha, a captação de água à encosta nascente, ou seja, na zona do MFA não está feito, a obra de recolha de água da meia encosta a poente, na



Rua do Ténis, começou há um mês, dois meses, e se começou há tanto tempo, neste momento está desde a rotunda até à drogaria ténis, são cinquenta metros e não está completado, portanto, mas a questão é que isto já foi há nove anos, a questão é essa. E a obra na Rua Cândido dos Reis, foi toda levantada, parecia até, digamos, uns bons princípios em termos de escoamento de água, com uma grelhagem e uma inclinação forte sobre a grelhagem, foi, digamos, morrer no quintal do posto da GNR. E as bombas que estão na Praça dos Pescadores tanto quanto é possível comprovar não funcionaram, portanto, porquê? Porque na altura a obra que devia ter continuado do posto da GNR até às bombas da Praça dos Pescadores não foi feito. E posso estar aqui, digamos, à espera de alguma contradição técnica, e até acrescento mais, se as bombas funcionaram então ainda pior. Porque o Senhor Presidente disse que o problema foi que havia a maré cheia, bom, mas será que as bombas não eram capazes de a captar aquela água e escoar aquela água sobre o mar? Então se foi isso a obra não serviu para nada, porque a cheia deu-se exatamente na Rua Cândido Reis. Aliás, eu lembro quando foi da discussão do Polis, eu participei em algumas dessas reuniões e na altura até levantei essa questão, de que era absolutamente necessário o escoamento da água a partir da Rua Cândido dos Reis, porque vivi um bom par de anos na baixa e conheci algumas mini inundações. E ali na zona mais baixa é fácil perceber, a questão é, parece que de facto havia um plano coerente, estruturante e das quatro grandes obras, duas não se iniciaram e duas ficaram a meio. Uma, mal começou há três meses, e a outra da Cândido dos Reis está parada há quatro anos, exatamente junto ao posto da GNR." -----

Carlos Quintino: "Boa noite a todos, a primeira consideração diz respeito precisamente àquilo que foi aquelas pequenas cheias que tivemos em Albufeira, com o devido respeito, foi realmente uma cheia urbana, um episódio que apanhou principalmente o centro, isto não é minimizar o problema, isto é compará-lo com aquilo que foi outras que tivemos em determinados anos, e não é preciso irmos à grande cheia, eu recordo-vos porque tive alguma presença nessas obras, que antes de fazermos as obras do Polis, aquela zona ali era muito mais prejudicada, portanto, já desde as obras do Pólis, que se fez alguma coisa para diminuir ou minimizar aquele impacto da chuva durante, muitas vezes por pouco tempo, mas muito intensa, portanto, o trabalho do município não se começa a desenvolver agora com estas obras evidenciadas desde a grande cheia, começa detrás. E se se recordarem, quando aquela zona foi toda esventrada desde a Avenida vinte e cinco de abril até à Praia dos Pescadores, foram aí colocados



três canais, que são canais anti cheia, que permite precisamente escoar a água, e que lá estão. Agora, a questão é, é suficiente? Por se ter chegado à conclusão que poderá não ser suficiente é que a Câmara planeou fazer outro tipo de intervenção e está a realizá-la neste momento, nomeadamente na zona poente da cidade, tendo a obra começado não há um mês, mas eventualmente há quatro ou cinco meses, lembro-me que começou no verão, pelo menos os condicionamentos de trânsito, foi nessa altura. E pelo que vou acompanhando, por defeito de profissão, parece-me que está a correr relativamente bem, é uma obra complicada, tecnicamente complicada, não só por aquilo que são as componentes técnicas da própria obra, mas depois também por aquilo que é a necessidade de fazer os cortes de trânsito, e isso tem decorrido dentro da normalidade e, melhor que eu, o Senhor Presidente poderá dizer, como vai o decorrer da obra. Acho que devemos realçar que efetivamente tem de se fazer mais, mas não se pode dizer que não se fez nada. São duas coisas completamente diferente, deve-se realçar que tem que se fazer mais, mas não se pode dizer que não se fez nada, porque já há uma série de anos, há mais de dez anos que este município e este executivo, onde o Senhor Presidente também estava há dez anos atrás, se preocupa com esta questão, portanto, há que chamar as coisas pelos nomes e acho que era importante vir aqui transmitir, para quem não se recorda que já há esse cuidado efetivo de se minimizar este problema de trás, não de agora. Outra questão que me trás aqui diz respeito àquilo que foi uma feira, foi realizada e muito bem, recentemente, uma feira ambiental e que eu gostaria aqui de a mencionar e parabenizar a Junta de Freguesia por aquilo que foi essa realização, em Vale Faro, foi a primeira vez que se realizou e acho que deve, por aquilo que foi o feedback que recolhi, infelizmente não pude estar presente por motivos profissionais, mas por aquilo que foi feedback que recolhi da população, acho que deve ser uma iniciativa a continuar. O último assunto, para já, diz respeito à intervenção que a JSD fez, e eu gostaria de também de parabenizar a intervenção do Lucas, porque já tive também desse lado e porque acho que deve ser valorizado, muito bem Lucas." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, estou aqui hoje para fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara. Contextualizando este pedido, eu passo a informar o seguinte, a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água vai fazer obras na sua sede, não tem condições dignas para albergar dez ou quinze pessoas em secretárias. Assim sendo, e como nós pensamos ir



para o edifício dos Olhos de Água, apresenta-se aqui um problema, é que levar todo o staff da freguesia para Olhos de Água não nos parece muito correto, porque o atendimento é uma chave no meio desta organização e as pessoas de Albufeira precisam sim de serem até atendidas. Se levarmos a freguesia toda, significa que as pessoas de Albufeira ficam sem possibilidade de se dirigirem à Junta para aquilo que mais necessitam. Assim sendo, senhor Presidente, eu peço aqui encarecidamente que tente junto deste edifício arranjar um espaço e eu não peço um espaço muito grande, eu só peço um espaço onde caiba uma secretária e uma cadeira para que o atendimento aos munícipes residentes aqui na cidade possam ser atendidos. Muito obrigada." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, a banca do Albufeira Prometida felicita o Município por ter sido escolhido como Capital Europeia do Desporto para o ano dois mil e vinte e seis, parabéns. Senhor Presidente, explique-nos os quais são as mais valias para o concelho de tão nobre escolha pela Comissão de Avaliação? Para quando a construção do Centro de Alto Rendimento Desportivo e do Pavilhão Desportivo na freguesia de Ferreiras? E quem é que vai financiar estas infraestruturas? No entanto, queremos relembrar o executivo que existem áreas prioritárias de investimento urgente, para a melhoria das condições de vida e do bem-estar dos munícipes, tais como: é urgente a intervenção e recuperação das instalações do Centro de Saúde e dos estabelecimentos de ensino; necessitamos de mais habitação; elaboração e execução do Código de Conduta antes do início da época balnear; conclusão e implementação das alterações ao regulamento do ruído; implementação efetiva da segurança e do sistema de videovigilância; reorganização da rede viária do concelho; criação de regras de circulação rodoviária dos TVDE's com pontos fixos de paragem, de recolha e de saída de passageiros; criação de mais espaços verdes. A bancada do Albufeira Prometida face ao dito, verifica que foi feito muito pouco nestes últimos três anos, das medidas prometidas na última campanha eleitoral, conta-se pelos dedos das mãos as que foram efetivamente concretizadas, o caminho faz-se caminhando, no percurso que dura um mandato, ou seja, quatro anos. É necessário que os albufeirenses, qualquer que seja a sua idade, olhem à sua volta e vejam o que realmente tem sido feito nestes últimos anos. Não são certamente as festas e as festinhas que vão resolver os problemas da nossa cidade e do nosso concelho." -----

Silvia Dias: "Boa noite a todos, queria aqui dar os parabéns às freguesias que festejaram uma festa tradicional, o São Martinho, há que viver as nossas tradições e



valorizar, bem como a festa organizada pela Junta de Freguesia de Albufeira, a incentivar os bons hábitos alimentares, exercício físico e uma forma de ter uma boa qualidade de vida. Um assunto que gostaria aqui de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, é o seguinte, na altura do Senhor Presidente Carlos Silva e Sousa foi adquirida uma propriedade ou uma quinta, a caminho da Mouraria, dizia-se que era o objetivo pôr uma quinta pedagógica. Como passo ali regularmente, não tenho visto grande movimento de Quinta Pedagógica, gostaria de saber como é que está o ponto de situação daquele espaço e qual é o objetivo final?" -----

Domingos Coelho: "Só para precisar algumas das minhas palavras e em relação ao que o senhor deputado Carlos Quintino quis aqui dizer, eu não disse que nada foi feito. Eu levantei aqui a questão sobre o chamado Plano de Drenagem de Albufeira, que tinha quatro grandes obras e das quatro, duas não foram iniciadas, e duas estão uma a começar agora e outra parada há quatro anos. Quanto muito, o que eu quis dizer é que se podia ter feito mais, ou seja, com a saúde financeira que se diz todos os dias aqui, que a Câmara possui, penso que havia condições financeiras para levar esse plano, digamos, a maior execução. Foi simplesmente o que quis dizer, não disse em lado nenhum que não foi feito nada." -----

Cláudia Raimundo: "Muito boa noite a todos, ouvi falar do FAESA, e queria apenas acrescentar que foi uma iniciativa que foi em conjunto com a Câmara Municipal de Albufeira, portanto, a Câmara Municipal de Albufeira também está de parabéns. Eu venho aqui falar do canil, eu conheço o nosso canil e centro de bem-estar animal desde há muito e, por isso, gostaria de partilhar aqui neste espaço, porque acho que o assunto merece a minha surpresa com aquilo que encontrei na minha última visita. Eu acho que é uma diferença tremenda para melhor. Eu fiquei muito, mas muito surpreendida, pela positiva com o que eu encontrei, não foram só as instalações novas, que são muito modernas, espaçosas e muito superiores a alguns canis que eu conheço. Foi sobretudo, por ter confirmado assim que entrei nas instalações, entrei lá sem qualquer marcação ou aviso prévio, de que aqueles animais têm efetivamente uma boa qualidade de vida, recebem atenção e cuidados e são todos os dias soltos nos recreios e são frequentemente passeados à trela pelos voluntários e funcionários. É também de louvar o facto de as portas do canil estarem abertas ao público, ou seja, qualquer pessoa pode se fazer voluntária ou podem apenas conhecer as instalações. Os funcionários fazem questão de mostrar as condições do novo canil a qualquer visitante



e isto é muito benéfico para todos, porque aproxima o cidadão do serviço público e afasta qualquer suspeita menos positiva. Infelizmente não é assim em todos os canis. Portanto, qualquer pessoa pode lá fazer voluntariado e, até acho que é muito interessante, infelizmente há pessoas que não podem ter animais por vários motivos, e podem, entre outras, apadrinhar, por assim dizer estes animais e acompanhá-los, desempenhando as funções que se disponibilizarem a fazer. Eu tive oportunidade de conhecer a nova veterinária municipal, a doutora Joana, a quem quero parabenizar aqui publicamente e, agradecer-lhe pela sua dedicação e pelo excelente trabalho que tem desenvolvido no canil. Ela sozinha, desde final de março, quando iniciou funções esterilizou quatrocentos gatos de colónias. E até março, e durante mais de um ano, os gatos destas colónias eram esterilizados nas clínicas privadas, com custos suportados pelo município e por algumas associações de proteção animal de Albufeira. Eu queria dizer que não basta realmente que as instalações e os materiais sejam excelentes, se não tivermos um capital humano de qualidade, e neste caso tanto as funcionárias como a veterinária municipal nutrem e é notório uma grande compaixão e afeto por aqueles animais. Por isso, para além da veterinária, quero agradecer o trabalho hercúleo dos funcionários, da Lucélia Monteiro, da Solange Dias, da Carla Silva, o Rui, a Carina, a Joana e todos os voluntários, bem como as associações Pravi, Pata Ativa, AGA, Tiny Shelter, todos em conjunto trabalham para o bem-estar animal em Albufeira, temos todos muitas razões para ficarmos orgulhosos do trabalho destas pessoas que se dedicam a esta causa. Obrigada." -----

Presidente de Assembleia: "Muito obrigado Senhora Primeira Secretária, deixe-me dizer-lhe que confirmo as suas palavras e, de facto, das visitas que fiz ao canil verifiquei o bem-estar dos animais e o empenho dos funcionários que ali trabalham." ---

Presidente da Câmara: "Vou tentar responder as todas as questões, algumas delas transversais, tem a ver com a questão das cheias. Estas inundações, pequenas inundações não teve nada a ver com dois mil e quinze e, também não teve nada a ver com dois mil e oito ou dois mil e nove. Embora a de dois mil e quinze tivesse feito mais estragos materiais, na via pública, a de dois mil e oito teve tanto ou igual prejuízo em termos dos interiores dos estabelecimentos como a de dois mil e quinze. Eu vivi as duas de perto e no local, portanto, sei perfeitamente aquilo que estou a falar. As televisões lançaram uma espécie de pânico sobre as inundações em Albufeira. Enquanto não houve inundações em Olhão e em Tavira só se falava em Albufeira, inclusivamente,



houve um representante de uma agência imobiliária aqui do concelho, que tinha em vista um negócio com um americano, uma casa ou apartamento, não sei exatamente, mas era um negócio com alguma substância de valor, e ao ver nas redes sociais e ao ver os comentários, ao ver as inundações, telefonaram em pânico para ele a dizer que não iam investir em Albufeira com isto assim desta maneira. Portanto, estão a ver que faz, as pessoas que dizem que são amigas de Albufeira, a lançar aqui um drama, um drama completo sobre aquilo que se passou, e aquilo não é um drama, é uma situação que, obviamente, tem que ser prevenida, tem de ser minimizada, não resolvida, porque ninguém vai resolver literalmente nada, não se consegue resolver nada, porque nós nunca sabemos onde é que está o limite, veja-se o que houve em Olhão, na Fuseta, em Tavira, Castro Marim, não foi bem pior do que aqui? Claro que foi, mas Albufeira é que era a marca, portanto não queiram ser mais papistas que o Papa, acho que é o que se está a fazer, está-se a denegrir em prol daquilo que é a partidarite, está-se a denegrir aquilo que é uma situação que não é tão dramática. Sei que é má, com certeza, ninguém queria estas inundações, de maneira nenhuma, e contrariamente aquilo que se diz que nada é feito, é feito muita coisas, mas evidentemente que não pode ser tudo feito ao mesmo tempo, porque temos mais coisas para fazer, temos a educação, temos a rede viária, temos a saúde, estamos a construir neste momento um lar da terceira idade e uma unidade de cuidados continuados na Guia, são à volta de doze milhões de euros de obras, portanto, isto também são obras imprescindíveis. Vamos lançar concurso para cento e cinco habitações nas Fontainhas, portanto, não podemos deslocalizar o investimento todo para um determinado setor, de maneira nenhuma. Portanto, a seu tempo irão lentamente e paulatinamente vamos chegar lá, já foram feitas a regularização das inundações que normalmente aconteciam no Inatel, não foi referido aqui, mas isso foi resolvido, tanto que nunca mais aconteceu inundações naquela estrada. Foi feita a estação elevatória da Praça dos Pescadores, que falta agora ver uma parte, a parte ligação do posto da GNR até lá, falta aí um bocado de ligação. Na Rua Cândido dos Reis as tubagens e grelhagem foram requalificadas, está a ser feito o coletor de meia encosta poente, e provavelmente, o facto de haver mais água na baixa, nesta vez, desceu pela Rua João de Deus, cuja calçada levantou uns metros quadrados e foi reposta no próprio dia, isso ninguém aqui referiu, apenas a Helena Dias referiu, o resto ninguém referiu porque isso não conta, não interessa, o que interessa é o que está mal. A água veio toda por aí abaixo provavelmente porque o coletor de meia



encosta da zona a poente, estando em obras não recolhe água nenhuma e não recolhendo, claro vem toda por aí abaixo. Aquela obra tinha de ser feita, tivemos azar se calhar, de chover enquanto a obra estava a continuar. Conforme o deputado Carlos Quintino disse são obras sempre com alguma complexidade, alguma dificuldade, por ser não só a parte técnica, mas tudo o que é subsolo, é sempre uma problemática muito acrescida, para além da questão do trânsito. Portanto, já foi feita alguma coisa, apesar disso, temos feito limpeza constante das linhas de água, em pouco tempo gastamos cinco milhões de euros em todas estas áreas, agora não dá é para fazer tudo, evidentemente, que o coletor de meia encosta da zona poente é financiada apenas com capitais próprios do município, este coletor de meia encosta da zona nascente, que coincide com a Rua do MFA, vai provavelmente ser também a mesma coisa, tem projeto praticamente terminado, só falta definir uma ou duas coisas, para se começar no próximo ano. Evidentemente não pode ser tudo feito ao mesmo tempo, até porque as obras no concelho de Albufeira e dentro da malha urbana são extremamente difíceis de fazer, são extremamente complexas, é as consequências que têm relativamente à mobilidade, é muito problemático, só se podem fazer em determinadas alturas do ano, por causa da questão do verão. Não penso que tenha sido um grande pesadelo, felizmente, ainda não sei quais são os valores dos prejuízos dos empresários, com certeza que tiveram alguns prejuízos, e se for caso disso nós cá estaremos para contribuir para essa ajuda, mas já ajudamos na altura, ajudamos a tirar a água das garagens, com as bombas, foi falado aqui na questão dos bombeiros de Albufeira, que estão numa força conjunta, que foi para Valencia, foram com equipamentos da Câmara Municipal, e os bombeiros são financiados grandemente pela Câmara Municipal de Albufeira, é preciso ver isso. Até estive na despedida deles, ainda lá estão, com mérito, não deixam de ter o seu contributo, mas acho que a entidade Câmara também merece ter o seu contributo. Relativamente a outra questão, a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água falou de um espaço, não vou aqui elencar tudo aquilo que já fiz para que essa situação fosse resolvida, a semana passada teve uma proposta em cima da mesa que era para ser aceite, mas depois teve um problema também de construção, de um espaço que também sofreu inundação, não tem a ver com as estações elevatórias nem coletores, foi uma infiltração que teve, ainda bem que foi naquela altura, porque assim ficou o assunto resolvido. E está de pé outra situação, caso queira aceitar, ainda ontem falamos, aquela situação está de pé e pode



ser utilizada sem necessidade de ir para os Olhos de Água. Portanto, já há algum tempo que ando a tratar destas situações, não tem sido fácil, porque a Câmara de Albufeira não tem espaços livres. Temos uma garagem que está emprestada à Junta de Freguesia para colocar o seu material, temos as instalações da Orada, também disponibilizadas para colocar o arquivo, portanto, a Junta de Freguesia já tem aqui um conjunto de espaços, dois espaços pelo menos já está a usar, agora se quiser, pode usar aquele dentro de dois ou três dias, porque o EMA tem estado ocupado e vai ficar desocupado na próxima semana, caso queira. Depois, a deputada Mónica Coimbra, sobre a cidade europeia do desporto, obviamente que é um desafio, não apenas quanto aos seus equipamentos desportivos, mas também quanto à massa humana, aos clubes, aos atletas, ao desporto informal, ao desporto voluntário, ao desporto espontâneo que é o caso de um grupo que faz caminhadas, Caminhadas ao Luar, é um grupo que faz caminhadas todas as semanas, é uma atividade desportiva, as marchas ou corridas, promovida pela altura do natal, é uma atividade desportiva, não é só o basquetebol, ou jogo de futebol ou andebol, portanto, há aqui um conjunto de atividades desportivas enorme, que basta sistematizar isto e temos a Cidade Europeia do Desporto, não é preciso muito mais. Quanto ao investimento destas duas obras que pode vir a ser feito, os projetos vão ser elaborados, o projeto de arquitetura e especialidades e, quando tiverem em condições vão a concurso e há de ser feita a obra. Relativamente aos códigos de comportamentos, ruído e horários, está tudo em andamento. Para os TVDE's vão ser criados espaços de tomada e largada de passageiros, não é de paragem, os TVDE's não têm praças. Depois, a questão de poucos espaços verdes, temos aqueles que é possível, podemos vir a ter mais caso haja terrenos que se propiciem para essa questão. A deputada Silvia Dias falou na questão do terreno da Quinta Pedagógica, o que lá está a funcionar são hortas comunitárias, não sei se tinha esse conhecimento, que têm um papel um pouco diferente de uma quinta pedagógica, as hortas comunitárias podem elas próprias também ser pedagógicas, os alunos podem ir fazer uma visita de estudo às hortas, quando as pessoas lá andam a trabalhar, por exemplo, até era interessante que isso aconteça, é interessante que os alunos vão não uma situação virtual, mas fazer uma visita por exemplo a um agricultor qualquer, seja na Orada, seja em Paderne, isso é interessante também. Não é preciso fazer uma quinta pedagógica, já temos uma em Silves, temos uma em São Brás, não sei se há em Portimão. Quintas pedagógicas há por aí muitas, isto são hortas comunitárias que foi



disponibilizado para as pessoas e agora estamos a fazer, estamos a plantar uma vinha, portanto, vai ficar todo completo aquele terreno que lá está." -----

Domingos Coelho: "Mais uma vez gostaria de precisar a minha intervenção, o Senhor Presidente usou uma expressão revoltante, não deve ter sido a partir da minha intervenção, porque o que eu disse depois o Senhor Presidente confirmou. Eu disse que, das quatro obras previstas no Plano de Drenagem duas não tinham sido começadas e duas estavam incompletas. Ponto, não disse mais nem menos. Não que tivesse sido atacado por partidários, ou que daqui a tivesse lançado manchas, anátemas ou maus nomes sobre Albufeira, o que eu disse foram factos ponto. " -----

Carla Vieira: "À semelhança da intervenção do colega Domingos Coelho, efetivamente também depreendo que não tenha sido das intervenções da bancada do Albufeira Prometida que o Senhor Presidente tenha ficado especialmente perturbado com as temáticas que trouxemos aqui à Assembleia, porque efetivamente das nossas palavras não é nossa intenção, de forma nenhuma denegrir a imagem de Albufeiras, muito pelo contrário, nós queremos Albufeira sempre com um nome e uma reputação e uma imagem do melhor que existe e para isso estamos aqui, portanto, a nossa função é efetivamente chamar a atenção do executivo daquilo que está menos bem e que pode ser melhorado. Contudo, o meu pedido para intervir não tem a ver com isto. A banca do Albufeira Prometida gostaria de colocar à consideração da Assembleia um silêncio pelo recente falecimento do senhor Elidérico Viegas, personalidade importante no Turismo do Algarve." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: Senhor Presidente da Câmara, peço imensa desculpa, realmente eu não referi que o senhor nos tinha emprestado um espaço para guardarmos os nossos dossiers, por esse lapso, peço imensa desculpa, mas não posso deixar de contextualizar, e o contexto é o seguinte, desde dois mil e dezanove que eu estou à espera do espaço e esse espaço é dado e é retirado, é permitido e é retirado. O Senhor Presidente sabe perfeitamente aquilo que estou a falar. Primeiro era na Rua do MFA, depois deixou de ser na rua do MFA, depois era lá em baixo, no parque e depois deixou de ser no parque. Depois, foi para ser na última vez, foi onde foi, não vou por aí, porque ninguém sabe e vai haver uma inundação, e deixou de ser. O que é que isto aqui dizer, para que não restem realmente dúvidas, é o seguinte, eu não quis dizer isso, mas volto a dizer, uma das opções que eu tinha posto aqui à Câmara Municipal era que nos cedessem o espaço, a sala mais pequena do EMA, e



isto já foi há mais de um ano, quando vim finalmente dizer que as obras iam começar, disseram-me que não, porque o espaço tinha sido dado à TVI e, eu fiquei novamente descalça. Então, Senhor Presidente e, bem que, agradeço ao Senhor Presidente os meus agradecimentos, arranjou um espaço para que a Junta pudesse ir para lá trabalhar, isto sempre na intensão de valorizar as pessoas de Albufeira, ou seja, não retirar aos habitantes da Albufeira a possibilidade de continuarem a fazer tudo aquilo que vão fazer à Junta de Freguesia. Não foi possível, não vale a pena agora entrarmos aqui, porque é que não foi possível, porque caiu água, não interessa. Em Olhos de Água realmente há espaço para toda a gente, mas pensava eu que, seria fácil Senhor Presidente, e peço imensa desculpa, pensei que fosse fácil arranjar um cantinho, entre aspas, em que ficasse aqui neste edifício, só um atendimento para se fazer os atestados e as provas de vida. Vou reconsiderar, vou levar à reunião de executivo, que dirá se aceitará a proposta que de tão bom grado o Senhor Presidente nos fez. Muito obrigada" -----

Presidente da Câmara: "Para continuar com este processo da Junta de freguesia, já ofereci também à Junta de Freguesia a utilização desta ala daqui do primeiro piso, ou seja da Câmara, mas é um espaço que está arranjado e pode utilizar, também já falámos nisso. Disse que não seria muito conveniente que era tudo misturado Junta de Freguesia com Câmara, mas é uma questão de opção, a Junta de Freguesia é que poderá dizer o que entende conforme o que há disponível. Mais que isto não há disponível neste momento, apesar de todas as contrariedades que houve ao longo do tempo, mas penso que está em vias de resolução." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta apresentada pela bancada do Albufeira Prometida, para fazer um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Elidérico Viegas, que foi aprovada por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio. -----

Presidente da Assembleia: "Só para informar que no próximo dia três de dezembro, teremos o gosto de receber nesta sala, pelas quinze horas, à sessão da Assembleia Intermunicipal do Algarve, que realizará a sua segunda sessão do corrente ano, neste salão nobre, o que nos honra pelo facto de terem escolhido o concelho de Albufeira para reunirmos todos os elementos eleitos pelas Assembleias do Algarve.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem LEITURA RESUMIDA

DA CORRESPONDÊNCIA, o Presidente da Assembleia de início ao período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos às Freguesias**; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da **Relação dos Compromissos Plurianuais** assumidos; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Designação, conforme estabelecido na alínea d), do Aviso n.º 8258/2016, de um **representante e suplente da Assembleia Municipal**, para integrar a **Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Albufeira**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Entretanto "Chegaram à Mesa duas propostas, proposta A, enviada pelo senhor Deputado Carlos Quintino e Deputado Carlos Mendes (Doc. n.º 1 anexo a esta ata). E a proposta B (doc. n.º 2 anexo a esta ata) apresentada pelos Senhores Deputados Domingos Coelho e pela Deputada Inês Mendonça." -----

Não havendo intervenções procedeu-se à votação por escrutínio secreto: -----

VOTAÇÃO: -----

LISTA A: catorze (14) -----

LISTA B: onze (11) -----

Foi designado o membro Carlos Quintino (representante) e Carlos Mendes (suplente) para integrar a **Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Albufeira**. -----

Domingos Coelho: "Penso que não precisaria de fazer esta pergunta, mas é suposto que o eleito agora representante da Assembleia Municipal, será uma espécie de porta-voz



da Assembleia e ouvirá as sensibilidades todos os membros, presumo e com certeza não pode ser de outra forma." -----

Antes de passar aos pontos seguintes, o Presidente da Assembleia: propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro e cinco e votação em separado, proposta esta, que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2024-2028**; -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2024-2028**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Faço aqui um pouco de porta-voz do Presidente da Junta de Freguesia da Guia, que me disse que, na anterior revisão orçamental terá falado com o Senhor Presidente no sentido da rotunda que está prevista para ali e parece que não foi. Em relação a outros argumentos e justificações para a nossa votação, penso que este ponto quatro e cinco estão ligados com o seis, até penso que poderia ter sido numa ordem ao contrário, portanto, não vou aqui repetir o que poderei dizer no ponto seguinte." -----

Carla Vieira: "A bancada do Albufeira Prometida tem aqui um esclarecimento a fazer a Vossa excelência. Qual é a razão da anulação do valor de oitocentos mil euros na aquisição de serviços de vigilância, continua e pontual, a constante na primeira página, e a questão é os contratos celebrados em vigor vão ser renegociados? Ou município vai prescindir destes serviços? Qual é a justificação que o Senhor Presidente tem a dar?"

Luna Silva: "A quarta revisão, alteração modificativa às GOP, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, destina-se essencialmente ao cumprimento da deliberação da Câmara Municipal sobre o contrato para a prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana no município de Albufeira, contratação de serviços de seguros a produzir efeitos no período compreendido entre os anos dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e oito, a inscrição do novo projeto nas atividades mais relevantes relativa à aquisição de módulos sanitários, aquisição de



serviços de transporte para jovens e adultos com deficiência, aquisição de serviços de limpeza nas escolas e outros equipamentos educativos, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de materiais elétricos e o reforço dos projetos relativos à taxa turística referente aos encargos de cobrança de receita de licenciamento, de forma a permitir um início de um novo procedimento, a produzir efeitos no ano dois mil e vinte e cinco. Todas estas medidas são fulcrais e importantes e devem assim ser executadas a fim de os munícipes poderem beneficiar das mesmas. Já relativamente à revisão do Orçamento, começo por alertar os serviços que não foi junto à revisão número quatro, ao orçamento da receita de dois mil e vinte e quatro, apenas a revisão número quatro ao orçamento da despesa, desconhecendo-se assim os valores de receita da Câmara. Assim, se compararmos a quarta revisão com a terceira revisão, deliberada em sessão extraordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro, podemos analisar o seguinte, que as despesas aumentaram em vários campos, nomeadamente aquisição de bens e serviços com o código zero dois, outros serviços código zero vinte e cinco, outros, código zero setecentos e um mil e dois, que não consigo identificar por omissão de informações nos documentos, contudo, desconheço o valor da receita, a fim de podermos comparar receita, despesa e receita da quarta revisão com a receita da terceira revisão. No entanto, dado que as medidas apresentadas para as GOP, nomeadamente a outorga do contrato de prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e a limpeza urbana no município de Albufeira, face à grande importância para a cidade, sendo esta uma das grandes problemáticas do concelho, não deve a mesma ficar suspensa por resultado da votação da quarta revisão do Orçamento. Assim, o partido Chega irá votar abstenção. -----

Presidente da Câmara: "É verdade, esta revisão e alteração ao orçamento está essencialmente relacionada com o contrato de recolha de resíduos sólidos, urbanos e higiene urbana, no entanto aproveitou-se o mesmo ato para limar e alinhar algumas questões que faltava, quer em termos de despesa quer regularizar a receita, porque às vezes há receitas que chega a esta altura, novembro e que já há pouco tempo para realizar a despesa, às vezes, essas rubricas têm que ser libertadas precisamente para dar hipóteses a outras, por isso é que se sai verbas de uma rubrica para outra, porque já passa de meados de novembro, não se pense que se vai fazer grandes coisas no mês de dezembro. Não havendo aqui a questão dos seguros, a questão da vigilância, que foi retirada de lá, porque isto era para ser um concurso plurianual e entendeu-se não se



fazer já no fim deste ano, mas fazer só a partir do princípio do próximo ano, para evitarmos de andar a fazer pequenos ajustes ou pequenos procedimentos, para ser um procedimento logo com alguma dimensão e com alguma substância. Daí a razão de serem anuladas algumas verbas nesse campo. Normalmente, nesta altura, final de novembro e talvez dezembro para ultrapassar é isso que acontece, é o acerto das rubricas, para possibilitar que algumas se desenvolvam e deixar que outras não fiquem lá com as verbas presas." -----

Domingos Coelho: "Não sei se o Senhor Presidente quer acrescentar alguma coisa em relação à rotunda da Guia, para que eu possa transmitir ao Presidente da Junta." -----

Presidente da Câmara: "Foi por esquecimento que não respondi. Relativamente à rotunda da Guia foi iniciativa que, em conversa um dia com o senhor Presidente da Junta, precisamente quando foi inaugurada a outra rotunda na estrada que vem do entroncamento da estrada de Vale Parra, falámos na possibilidade de fazer lá uma rotunda, o projeto está a ser feito internamente, por acaso não falei com o Presidente da Junta nesse sentido, para depois a obra ser inserida no orçamento dois mil e vinte e cinco, logo no princípio do ano. Não é por não estar agora aqui na revisão que não vai ser feita. O projeto já está praticamente feito e acabado, assim como há mais algumas que estão a ser feitos internamente, daí não ser preciso estar lá rubrica aberta, precisamente por isso, porque não há fluxo financeiro aqui, mas vai ser feita, isso é garantido." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, David Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO CINCO: -----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Otelso Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, David Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugada com o n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos** apresentada no Relatório do Grupo de Trabalho - Acordo Modificativo do Contrato - **Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Município de Albufeira;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Começaria por enaltecer o esforço e a oportunidade que o executivo deu em relação a este assunto, na pessoa do Senhor Presidente e toda a Comissão que esteve naquela reunião que eu participei e outros elementos, por outro lado também o esforço que houve por parte dessa comissão de encontrar uma proposta que parece-me pouco mais razoável, pelo menos dos outros cenários que eram colocados. No entanto dizer que, apesar disso, esta proposta representa um prejuízo para o concelho, ou seja, ao encurtar o contrato de dois mil e trinta para dois mil e vinte e nove, há um ano que era suposto estar garantida a limpeza e nesse ano a Câmara terá de contratar outra empresa. Por outro lado, também se reconhece que a argumentação aduzida para a empresa também tem algum sentido, mas a nossa discordância foi mais, digamos no modelo, lembro-me que na altura, a bancada do PS aquando da discussão do contrato e do caderno de encargos, fez uma série de sugestões e recomendações e até algumas críticas, porque, de facto, o modelo que o partido Socialista defende é que a Câmara deveria ter uma estrutura própria que pudesse responder, digamos, a maior parte do ano no que diz respeito a estes serviços, porque isso permitiria que, como já foi feito



no passado, a Câmara garantiu todos esses serviços, e isto permitiria contratar só para os picos de verão e outras situações e não deixaria a Câmara, tão dependente de privados e, por outro lado, também teria uma estrutura para responder a momentos de crise, de ocorrências extraordinárias, como por exemplo, a limpeza aquando de uma cheia. Isto faz com que, por outro lado também reconhecamos que pode ser uma situação complicada, se empresa renunciar o contrato, portanto, o concelho ficaria numa situação difícil, para uma questão que é de primeira ordem, de importância, de higiene, de salubridade e até de imagem do concelho. Portanto, por estas razões, a bancada do Partido Socialista vai abster-se e absteve-se nos anteriores pontos, o quatro e o cinco, portanto, a revisão orçamental, como o Senhor Presidente disse, um da cor do outro, daí a nossa abstenção.” -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, todos sabemos e estamos cientes daquilo que é a importância deste concurso público por aqui que se trata efetivamente da recolha dos resíduos sólidos urbanos e, na limpeza urbana do município e sabemos também, que houve aqui um grande esforço por parte do município e do seu executivo, amparado por aquilo que é o parecer jurídico que vem anexado à documentação, no sentido de poder fazer esta renegociação e levar a bom porto este assunto. Nós, a bancada do PSD/CDS discorda em absoluto daquilo que a bancada do PS disse, achamos que este tipo de serviços têm que ser em outsourcing, têm que ser dados a empresas que efetivamente sejam especializadas nesta matéria e tenham a capacidade técnica de intervenção e de contratação de pessoal para a execução destes serviços que são, como sabemos, serviços que muito pouca gente quer e fazer, trabalhos e empregos que muito pouca gente quer ter. E, sobretudo, também achamos que aquilo que é a dimensão deste tipo de serviço, nomeadamente nos meses de verão, têm que ser acompanhados da aquisição de uma série de equipamentos, que se for efetivamente em outsourcing há uma outra possibilidade, sabemos que as empresas privadas têm outras formas de atuação e são muitas das vezes mais céleres na intervenção por não terem que seguir tanta burocracia, como os municípios ou como qualquer organismo público. Portanto, achamos que é vantajoso continuar neste regime de outsourcing, achamos que a Câmara fez um esforço para haver esta negociação, que veio amparado por aquilo que é um parecer jurídico que conclui, independentemente daquela questão do ano, e passo a citar, no caso em apreço, a modificação contratual não agrava os encargos financeiros do



município, em termos nominais. Portanto, vamos naturalmente suportar e votar a favor desta proposta." -----

Luna Silva: "De acordo com o ponto da ordem do dia, por ofício de sete do doze de dois mil e vinte e três, acompanhado de um relatório de análise económica financeira e de uma proposta de solução técnica de redimensionamento dos serviços, a Luságua veio solicitar a modificação do contrato, com o fundamento em alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, invocando ainda o dever de reposição do equilíbrio financeiro do contrato. Assim, por deliberação da Câmara Municipal de trinta de julho de dois mil e vinte e quatro, foi constituído um grupo de trabalho, que apresentou um relatório de avaliação do pedido de modificação do contrato e respetivos fundamentos. Após a análise dos três cenários possíveis de modificação do contrato apresentados pela Luságua, o grupo de trabalho apresentou um quarto cenário, que apresentava as seguintes vantagens que passo a enunciar algumas: aumento do nível de qualidade e maximização do nível de eficiência operacional; continuação do valor global do contrato a preços de dois mil e dezoito, de quarenta milhões de euros; redução do prazo contratual, permitindo assim devolver o objeto contratual à concorrência do mercado; aumento da mecanização, das atividades de evolução tecnológica, originando atividades menos mão de obra intensivas e, por fim, evolução substancial na recolha bilateral de resíduos e aumento de resiliência. Após a leitura cuidada e apresentação verbal do quadro cenário apresentado pelo grupo de trabalho, o partido Chega entende que ficaram demonstradas as vantagens acima enunciadas, assim como a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias fundadas no acordo entre as partes, segundo critérios de equidade previstos nos artigos trezentos e onze, alínea a), trezentos e doze, alínea b), trezentos e catorze número dois, todos do Código de Contratação Pública, assim como o equilíbrio financeiro previsto no artigo dez do caderno de encargos. Face ao exposto, o partido Chega irá votar a favor no relatório do Grupo de Trabalho e na outorga da celebração do acordo modificativo do contrato para a prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana no município de Albufeira." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, a minha questão é pertinente e, é sempre a mesma, revendo-me na empresa que alegou as situações que alegou, portanto, a situação das guerras que estamos a viver tanto na Europa como na guerra no Médio Oriente, os aumentos do combustível, encareceu tudo como sabemos



todos, portanto, a empresa já estava, segundo o relatório apresentado na última Comissão, que assistimos, apresentava um défice e, não é muito justo, estarem a trabalhar e estarem a perder dinheiro por estarem a fazer serviços para a autarquia. Mas relembra que as Juntas de Freguesia, o contrato interadministrativo é de dois mil e dezanove, nem sequer foi neste mandato, e que aconteceu a mesma coisa, tivemos uma guerra, temos os custos dos combustíveis, temos falta de mão-de-obra." -----

Presidente da Câmara: " O deputado Domingos Coelho, falou na altura quando se discutiu aqui em dois mil e dezoito ou dois mil e dezassete, o caderno de encargos e o aviso de abertura de concurso sobre a questão da estrutura própria. Vê-se a quão difícil seria ou até porventura impossível, acho que era mesmo impossível, nós termos uma estrutura própria de pé, com as pessoas que temos aí. Basta vermos as nacionalidades que, nessa altura, se fosse para a Câmara não era possível algumas destas nacionalidades. Depois, quero também referir que se nós abrirmos concurso para carpinteiros, pedreiros, serventes, pintores não aparece ninguém, aparece dois e depois desistem, um na primeira prova e, à segunda já não há nenhum. Diz aqui que também não aparece ninguém, basta ver quais as nacionalidades do pessoal, por acaso é uma curiosidade que tenho, que é de pedir essa informação. É bom de ver que também tivemos aqui um azar, que é verdade, é preciso não esquecer que este processo teve três anos e tal no tribunal, portanto, fez com todas estas coisas fossem acontecendo, não só a guerra, o aumento dos materiais, aumento do salário mínimo, o aumento do combustível, o aumento das taxas de juro, a inflação, uma série de coisas que realmente aconteceram precisamente na mesma altura." -----

Domingos Coelho: "Já agora permita-me, Senhor Presidente, que há Câmaras que, através das empresas municipalizadas fazem todo este tipo de serviço." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: dois (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----
Abstenções: seis (06) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Sílvia Dias, André Lima, Oteló Cabrita. -----

Votos a favor: dezassete (17) Adriano Ferrão, David Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia



de Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da "Empreitada de Reparação em Diversas Frações Habitação para Renda Apoiada e renda Convencionada"**, pelo valor de 175.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "É de louvar os cento e setenta e cinco mil euros, mas já agora aproveito para fazer uma pergunta, e outros edifícios camarários, estou a me lembrar, por exemplo em Paderne de um edifício que a Sâmara adquiriu há uns anos, junto ao posto da GNR, só para dar este exemplo, que é um edifício habitacional, porque este valor é para dois ou três apartamentos e não mais, portanto, é de louvar, mas para habitação, penso que podia-se fazer um esforço mais considerável."-----

Luna Silva: "De acordo com as medições, fogos de habitação social descritas no ficheiro Excel, seguem os fogos em questão, fração segundo direito loja cinquenta e sete Quinta da Palmeira, fração segundo esquerdo lote cinquenta e oito Quinta da Palmeira, fração primeiro esquerdo lote C Quinta da Palmeira, fração segundo andar lote dois Gago Coutinho, fração rés de chão esquerdo lote vinte e dois Quinta da Palmeira, fração primeiro andar direito lote três Quinta da Palmeira, Senhor Presidente, no programa preliminar é explícito e dito que a empreitada é direcionada para cinco focos, eu acabei de ler seis. Assim, pergunto-lhe quantos fogos é que estão abrangidos neste contrato de empreitada de cento e setenta e cinco mil euros, se cinco ou se seis?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente a essa questão se são cinco ou seis, não sei se a senhora vereadora tem algum conhecimento disso, mas pode ser clarificado e depois amanhã transmito às pessoas que tiveram a dúvida, ou envio para o Presidente da Assembleia Municipal e ele faz difundir, se são cinco ou são seis, só esclarecendo isso com os serviços." -----



Leonardo Paço: "Boa noite a todos, a mim parece-me ser um erro de escrita, pois se foram mencionados seis lojas e apartamentos, só poderão ser seis." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, estava a tentar falar com o chefe de divisão, ele estava com alguma dificuldade em aceder ao documento e, eu estava a tentar pesquisar, mas de acordo com o que ele disse, é que, o procedimento é até ao limite de cento e setenta e cinco mil para diversas habitações e que essas que estão enumeradas aí são aquelas que efetivamente requerem mais investimento e que estão aí mencionadas, mas que no caderno de encargos está descrito até a esse limite, que pode depois ser aplicado noutras habitações que é uma frequente acontecer."-----

Presidente da Assembleia: "O que está em causa não é o número de habitações, mas sim, o valor do concurso. Esgotado o montante, mesmo que fique alguma habitação de fora, e tendo sido alcançado o limite da verba, não poderá ser gasto qualquer valor para além do orçamentado. O que está em causa é um valor limite e não um número de habitações." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** de verbas afetas ao **fornecimento de energia elétrica**, pelo valor de 850.000,00€; -----

O Presidente da Assembleia: apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Aquisição de Serviços de Seguros pelo período de 3 anos (2025-2028)**, pelo valor de 2.500.000,00€;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Protocolo de Cooperação entre o Município de Albufeira e a Associação Vita Nativa**, no âmbito da dinamização de projetos de monitorização e ações de sensibilização ambiental, pelo valor de 18.900,00€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura “Acessibilidade Digital – Município de Albufeira”** no âmbito do Aviso n.º 84/C19-i01/2024 - Definição de um Modelo Comum para o Desenho e Desenvolvimento de Serviços Públicos Digitais, pelo valor de 6 765,00€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias,



Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura conjunta com a AMAL, Comunidade Intermunicipal do Algarve** ao Aviso n.º 01/C19-i08/2024 - Aquisição e desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), pelo valor de 150 000 € + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura Participação como Investidor Social no Projeto "PEA Toolbox"**, no âmbito do Aviso ALGARVE - 2024 - 17 - Parcerias para Inovação Social, para implementação e desenvolvimento de projetos de inovação social, pelo valor de 60.519,45 €; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Execução da Empreitada da Arriba e Requalificação de Muros entre a Praia dos Pescadores e Hotel Sol e Mar**, com o preço base de 1.365.753,93€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Campos Desportivos Municipais**, com o preço base de 700.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Eu sei que é uma repartição de encargos que está aqui em causa, mas já agora, levantava uma questão e, tendo em conta que a Câmara, o executivo está por várias zonas da cidade em zonas jardinadas a substituir a relva por outras opções de jardinagem, até que ponto é que ao nível dos campos de futebol, também não podia começar a ser elaborado um projeto, um programa de uma forma paulatinamente, a pouco e pouco e assim que possível, substituir a relva natural por relva artificial."-----

David Ferreira: "Boa noite, para responder ao deputado Domingos Coelho, é o que está a ser feito atualmente, por exemplo, no novo campo que foi feito em Paderne, Alcaria, salvo erro, era sintético, e a propósito disso queria parabenizar o executivo por essa obra que esteve vazia durante os primeiros tempos e, agora já se começa a ver muita atividade desportiva lá. Acho que o senhor deputado tem razão, temos de passar a relva sintética, mas vai ter que ser feito, provavelmente numa escala de tempo grande." -----

Presidente da Câmara: "Eu há três ou quatro anos sondei os presidentes dos clubes, precisamente nesse sentido, de substituir a relva natural, por relva sintética. Não foi bem aceite, porque a nível das competições, acho que isso também ainda não está devidamente acautelado e, é obrigatório. No entanto, o Imortal Desportivo Clube onde pratica o seu futebol, tem um relvado natural e tem outros sintéticos, já há alguns anos, o Guia Futebol Clube tem um relvado natural e, tem um sintético que foi reconstituído o ano passado, agora é novo, foi aumentada as dimensões, porque não tinha as dimensões necessárias para a competição nacional, tanto que o futebol feminino tinha que vir jogar uma vez a Armação de Pera, outra vez às Ferreiras, tinha de andar com a casa às costas, uma vez que o campo de relva natural não era possível haver alteração de dimensão, tendo em conta o constrangimento que está ali, que já



vem desde a sua construção, que foi uma construção errada naquele sítio, para além da bancada estar no sitio errado de onde devia estar, aquele campo é um conjunto de erros que está ali, mas também não se consegue aumentar para os lados. Em Paderne faltava precisamente um sintético, que já há alguns anos temos vindo a tratar com a Junta de Freguesia e, é bom de referir aqui que, partiu de um protocolo assinado entre mim e o Presidente da Junta de Freguesia anterior, porque o terreno é da Junta de Freguesia, e só esse protocolo é que permitiu, a dona daquela obra foi a Câmara Municipal a colocar lá o sintético em cima daquele terreno. A mudança dos relvados naturais para os sintéticos está sempre em cima da mesa, para se resolver, independentemente dos quadros competitivos quererem ou não quererem, ser possível ou não ser possível, independentemente da vontade lírica, às vezes, dos próprios diretores dos clubes, se calhar, um dia qualquer há de ser obrigatório que isso aconteça." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----
 Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

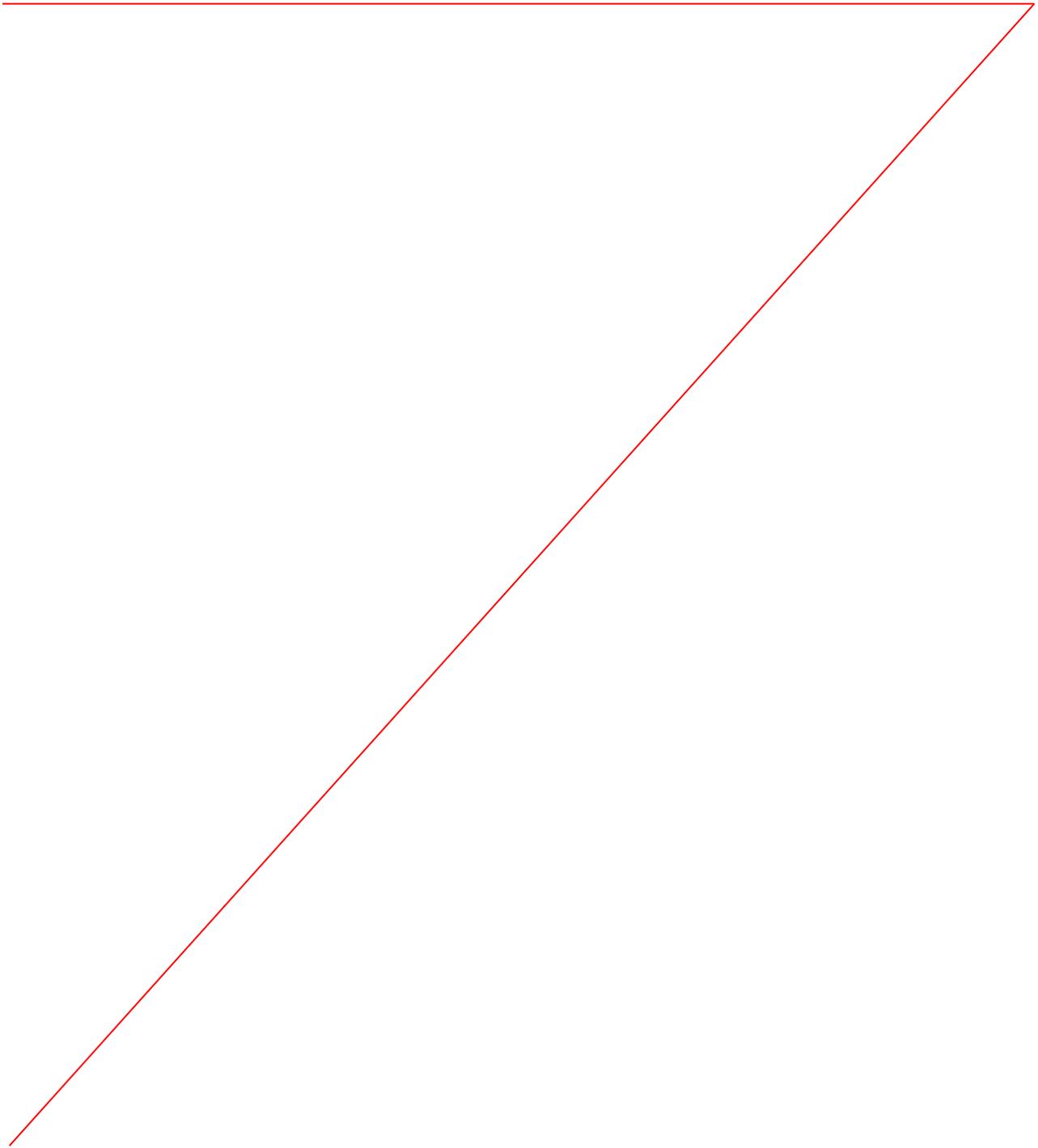
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 18 de novembro de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Doc. n.º 1

A

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

No âmbito do ponto 3 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Albufeira de 18-11-2024, e conforme estabelecido na alínea d) do Aviso n.º 8528/2016, propõem-se para representante e suplente da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Albufeira, os deputados municipais:

Carlos Quintino - representante

Carlos Mendes - suplente

Que abaixo subscrevem:



Albufeira, 18 de novembro de 2024

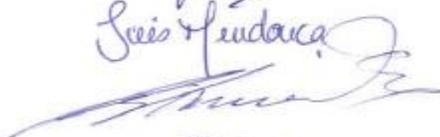
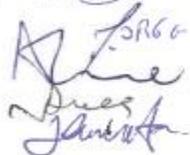
3

Partido Socialista

Relativamente ao ponto 3 da ordem do dia , o PS propõe para representante da Assembleia Municipal na comissão consultiva da revisão do PDM de Albufeira :

- Domingos Coelho
- Inês Mendonça

Albufeira , 18 de Novembro 2024


Inês Mendonça

Domingos Coelho
Silvia Dias
Lúcia Branco

Domingos Coelho